



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)  
 PERGUNTA Número 1547 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
<i>M. 3/2008</i>
O Secretário da Mesa <i>Rodrigues Alves</i>

Assunto: Situação social na empresa Exporplas

Destinatário: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Exporplas, fundada em 1981, é uma empresa de produção de cordas e fios em fibra sintética, com uma unidade industrial em Cortegaça com cerca de 70 trabalhadores.

Esta empresa, após ter despedido, em 2008, 3 trabalhadores “oferecendo em troca” o subsídio de desemprego, despediu ainda uma delegada sindical, processo que se encontra em sede de apreciação judicial.

Sucedem que, e contra o disposto no Código do Trabalho, os trabalhadores serão vigiados por câmaras de videovigilância de uma forma constante, sendo que, nos termos do n.º 1 do artigo 20º do Código do Trabalho, “o empregador não pode utilizar meios de vigilância a distância no local de trabalho, mediante o emprego de equipamento tecnológico, com a finalidade de controlar o desempenho profissional do trabalhador”.

Acresce ainda que os trabalhadores fazem horas extraordinárias que não serão registadas nem efectuados os respectivos descontos para a segurança social sendo que actualmente existirá uma tentativa, por parte da administração da empresa, de substituição dos trabalhadores mais velhos, com vínculo permanente, por trabalhadores mais novos, contratados a termo e com remunerações inferiores e menos direitos.

Ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, solicito ao **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social** os seguintes esclarecimentos:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Qual o conhecimento que tem da situação descrita?
- Que medidas inspectivas foram levadas a cabo, nomeadamente através da Autoridade para as Condições do Trabalho?
- Caso tenha efectuado alguma acção inspectiva, qual o respectivo resultado?
- No caso das situações citadas se estarem a verificar, que medidas tomará esse Ministério para repor a legalidade, garantindo o cumprimento dos direitos dos trabalhadores?

Palácio de S. Bento, 9 de Março de 2009

O Deputado

(Jorge Machado)